

# Há 131 anos, senadores aprovavam o fim da escravidão no Brasil

Comemorada pelos abolicionistas, odiada pelos escravistas, criticada por setores do movimento negro, abandonada pelo currículo escolar, 13 de maio de 1888 é a data em que foi sancionada a abolição da escravatura no Brasil

Carlos Penna Brescianini/Especial Cidadania/Ag.Senado

Em um trâmite que durou apenas cinco dias, a Câmara e o Senado do Império do Brasil aprovaram o projeto de lei que extinguiu por completo a escravatura no Brasil: a Lei Áurea.

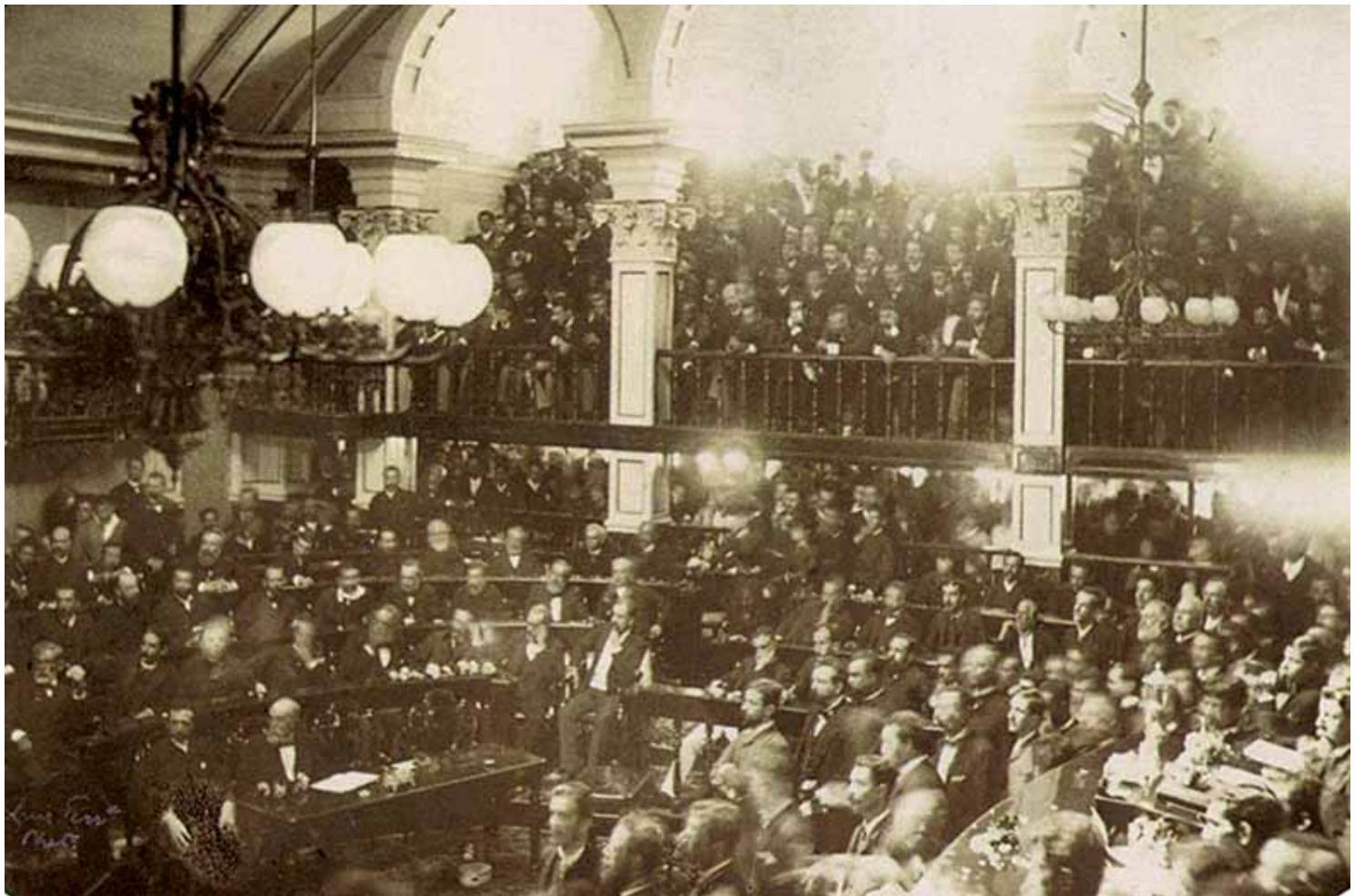
No dia 3 de maio de 1888, a princesa Isabel de Orleans e Bragança, exercendo a regência pela ausência de seu pai, o imperador dom Pedro II, que estava fora do Brasil, abre o ano parlamentar com um discurso que pede o fim da escravatura. No dia 8, o ministro da Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva, envia o projeto de abolição da escravatura ao Parlamento. No dia 10, o texto é aprovado pela Câmara, e no dia 13, pelo Senado. No mesmo dia, a lei foi sancionada pela princesa. Tudo em regime de urgência e com forte oposição dos escravistas.

O senador João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, porta-voz da bancada escravista no Senado, declarou que a abolição mergulharia o país em uma crise econômica, com consequências políticas. E após a sanção da lei pela princesa Isabel, afirmou que isso causaria o fim do Império. "Precisamos dos escravos. A senhora acabou de redimir uma raça e perder o trono!".

Por sua vez, Joaquim Nabuco, deputado, diplomata e antiescravagista, relatou em seu livro 'O Abolicionismo' que os fazendeiros escravistas, prejudicados com a abolição, se tornaram inimigos do Império, passando a defender a República. "A ideia, adrede espalhada entre os fazendeiros, de que o imperador era o chefe do movimento contra a escravidão de repente engrossou as fileiras republicanas com uma leva de voluntários saídos de onde menos se imaginava [dos fazendeiros].

Por 388 anos o Brasil teve sua economia ligada ao trabalho escravo: extração de ouro e pedras preciosas, cana-de-açúcar, criação de gado e plantação de café. A mão de obra escrava era a força motriz dessas atividades econômicas. E os fazendeiros tornaram-se o grande sustentáculo econômico do regime imperial. Para dar um exemplo das relações da Coroa com os fazendeiros escravocratas, a residência da família imperial no Rio de Janeiro, o palácio da Quinta da Boa Vista, havia sido doada em 1808 por Elias Antônio Lopes, um português que fizera fortuna com o tráfico de escravos da África ao Brasil.

E somente após a Guerra do Paraguai (1864-1870) é que nos estados (na época chamados de províncias) onde esses fazendeiros não detinham o poder absoluto as teses abolicionistas gradualmente puderam ganhar força. Um caso relevante foi o da província do Ceará, que aboliu a



Senadores votam a abolição da escravatura observados por uma multidão (no andar de cima e no térreo, ao fundo).

escravidão em 25 de março de 1884, por obra do presidente da província, Sátiro de Oliveira Dias. A decisão foi o ponto culminante de uma recusa, iniciada em 1881, dos jangadeiros liderados por Francisco José do Nascimento (conhecido como Chico Matilde e mais tarde, como Dragão do Mar) em transportar os escravos cearenses para os navios negreiros que os levariam para o sul do Brasil.

O senador Cid Gomes (PDT-CE) reforça que a Abolição foi uma construção de lutas, em que há datas importantes, mas todos os fatos têm muito valor. "Os cearenses destacam o 25 de março de 1884 por ser uma antecipação do que seria obtido em 13 de maio de 1888. E é importante lembrar que o movimento negro comemora o 20 de Novembro, dia da morte de Zumbi de Palmares. Na verdade, no momento atual, os números estão aí para mostrar que até hoje os negros e pardos têm o menor poder aquisitivo e espaço em empregos e universidades".

O consultor do Senado Federal, Fernando Trindade, que é historiador, afirma que a abolição foi uma luta política e econômica. E concorda com a tese que liga a abolição da escravidão com a proclamação da República. "Pessoalmente, tenho a convicção que há uma relação entre o fim da escravidão e a proclamação da República. Vários escritores e políticos da época citam o movimento dos ex-donos de escravos que exigiam serem indenizados e receberam um não da princesa Isabel".

Reforçando essa linha, em 2007 o Memorial Visconde

de Mauá tornou pública uma carta da princesa Isabel ao Visconde da Santa Victória, sócio de Mauá. Nela, a princesa relatava estar conseguindo uma verba para indenizar os escravos, e não seus ex-proprietários. E que se tal fato fosse descoberto, os fazendeiros e os militares se juntariam contra dom Pedro II e toda a família imperial. "Deus nos proteja dos escravocratas e os militares saibam desse nosso negócio, pois seria o fim do atual governo e mesmo do Império e da Casa de Bragança no Brasil", escreve a princesa.

E realmente, em poucos meses, o imperador foi derrubado e a República, proclamada. Logo após, por um movimento militar em 15 de novembro de 1889, um ano e meio depois do fim da escravidão, os antigos proprietários de escravos passaram a exigir do recém-nomeado ministro da Fazenda, Ruy Barbosa, reparações pela perda de seus escravos. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) defende a atitude de Ruy Barbosa, que, pressionado pelos fazendeiros ex-donos de escravos, mandou queimar todos os registros contábeis de compra e venda de escravos no Brasil.

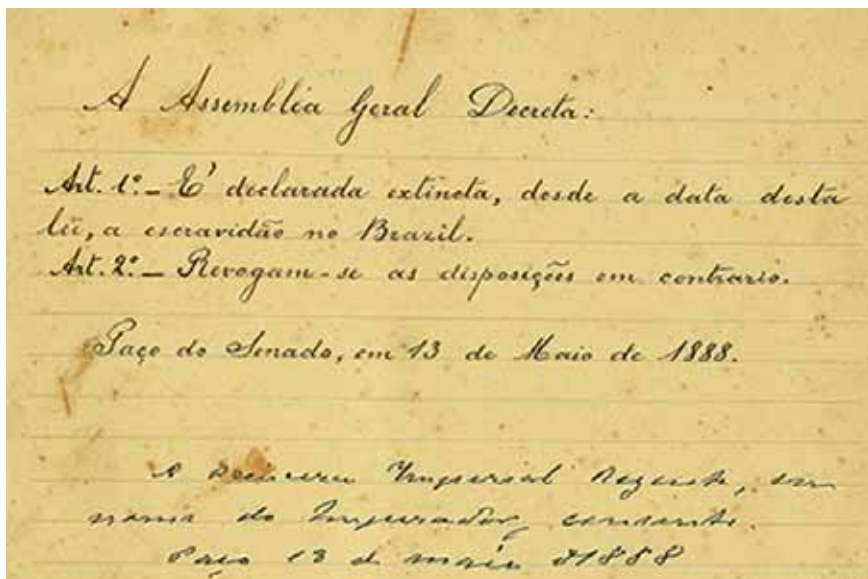


Arquivo do Projeto Monumento

"A medida radical eliminou todos os registros que possibilitariam as indenizações exigidas pelos fazendeiros. Os chamados "indenizistas" exigiam uma reparação financeira da jovem República, que mal se sustentava economicamente", afirmou Randolfe. "Ruy Barbosa tomou a medida justa e adequada, pois preservou o Tesouro Nacional e preveniu uma injustiça. O Brasil tinha sido o último país das Américas a abolir a escravidão e ainda teria de pagar depois indenizações astronômicas aos fazendeiros. Foi uma decisão antioligárquica que impediu uma ignomínia".

O senador ainda lembrou que justamente a base política que deu sustentação a esse período, chamado de República Velha, foi formada pelos fazendeiros do café em São Paulo e do gado em Minas Gerais, o grande grupo que havia perdido seus escravos em 1888. E que essa base altamente instável levou o país à crise econômica de 1929 e à Revolução de 1930, que alçou Getúlio Vargas ao poder e encerrou esse período.

O senador Paulo Paim (PT-RS) faz uma avaliação da importância da data de 13 de Maio, ao mesmo tempo que destaca o valor de 20 de Novembro. "O 20 de Novembro, dia de Zumbi dos Palmares, é a data em que o movimento negro tem como afirmação de sua luta pela igualdade de direitos. Mas 13 de Maio é fundamental, pois foi uma lei originária do Legislativo e que oficializou o fim dessa página terrível que foi a escravidão no Brasil". O senador ainda faz um paralelo com a CLT e a Lei Áurea: "A CLT, que Getúlio Vargas outorgou em 1943, foi um marco na organização do que passou a ser aceito como trabalho e o que não seria mais aceito. Ou seja, traçou uma linha entre o que seria escravidão e o que seria trabalho. A Lei Áurea e a CLT foram responsáveis por tornar o Brasil um país livre".



Reprodução



A princesa Isabel surge num dos balcões do Paço da Cidade e é aplaudida pela multidão logo depois de sancionar a Lei Áurea.